

A SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA QUE ATUAM NO ENSINO MÉDIO: UMA CONTRIBUIÇÃO DO FAZER DA PSICOLOGIA

The mental health of public school teachers who work with high school students: a contribution of the work of psychology

Dulcinéia Antunes de Mello da Luz¹
Carin Otilia Kaefer²

Artigo encaminhado: 30/01/2020
Artigo aceito para publicação: 08/11/2022

RESUMO

Este artigo tem como tema central a situação da saúde mental dos professores da rede pública que atuam no ensino médio. Como objetivo, buscou-se contextualizar pesquisas científicas e práticas sobre a saúde mental desses profissionais e sugerir possíveis intervenções do psicólogo. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura e fontes documentais públicas, como legislações vinculadas ao tema. O estudo voltou-se especialmente aos tipos de adoecimento mais comuns dos profissionais docentes da rede pública de ensino. Foram identificados vários fatores relacionados às condições e à organização do trabalho, geradores de agravos à saúde destes profissionais. Dentre os estudos, alguns fatores estão relacionados à sobrecarga de trabalho; aos problemas na gestão; à desvalorização do trabalho do professor; à infraestrutura precária; ao aumento do número de turmas; aos trabalhos extras com a finalidade de aumentar a renda, etc. Destarte, verifica-se que a sobrecarga de trabalho e o aumento do desgaste profissional podem prejudicar a qualidade de vida e desencadear um processo de sofrimento mental.

Palavras-chave: Saúde docente. Trabalho. Ambiente escolar. Psicologia.

ABSTRACT

The central theme of this article is the mental health of public school teachers who work with high school students. As a goal, we tried to contextualize researches on the mental health of these professionals, as well as on the work of the psychologist. The methodology used was the revision of literature and public documentary sources, such as laws related to the theme. The study focused, in particular, on the most common types of sickness

¹Psicóloga. Especialista em Rede de Atenção Integral em Saúde Mental pela Universidade Franciscana, Santa Maria, RS. dulcineiademello@yahoo.com.br

² Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social - PUCRS carin@unifra.br

among teachers in the public school system. Several factors have been identified as related to the conditions and organization of the work that generate health problems for these professionals. Among the studies, some factors are related to: work overload; management problems; devaluation of the teacher's work; poor infrastructure; increase in the number of classes; extra jobs for the purpose of increasing income, etc. Thus, it is evident that work overload and increased professional strain might impair the quality of life and initiate a process of mental suffering.

Keywords: Teachers' health. Work. School environment. Psychology.

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental de docentes é um tema de pesquisa que adquire crescente relevância, particularmente no que se refere às dificuldades dos professores atuantes no ensino público no Brasil. O tema gera também preocupação por parte de profissionais da educação, gestores institucionais e entidades sindicais e governamentais (CARLOTTO, 2012).

Já na década de 1960 a Organização Internacional do Trabalho revelava que os professores tinham, mundialmente, uma elevada prevalência de diagnósticos com doenças de caráter ocupacional, portanto, uma profissão de alto risco, com expressão maior na Síndrome de *Burnout* (OIT/uNEESCO, 2006). Para Batista et al (2010) ensinar é uma atividade altamente estressante, que provoca severos problemas na saúde física, mental e no desempenho profissional dos docentes.

A socialização desse tema é necessária e, acreditamos, deve ser amplamente debatida nos serviços públicos de educação e saúde. Embora o tema possua um crescente destaque científico, com diversas pesquisas indicando o aumento nos índices de adoecimento e afastamento no trabalho educacional, há relativamente poucos estudos voltados especificamente a professores do ensino médio e a propostas sobre possibilidades de intervenção na área da saúde mental.

Entendemos que o assunto, muitas vezes, é velado institucionalmente, sem ambientes de compartilhamento sobre o problema. Espera-se que os resultados deste estudo fomentem a reflexão e o planejamento de intervenções eficazes voltadas para a saúde docente. É necessário engajamento coletivo para envolver as instituições como um todo, visando promover saúde mental e qualidade de vida para os educadores.

Frente ao exposto, faz-se oportuno refletir que apenas medidas e ações preventivas sugeridas e adotadas pelas instituições, ou mesmo intervenções com os trabalhadores da educação, realizadas pelos psicólogos podem não ser suficientes para combater os problemas de saúde atualmente no sistema educacional. Assim, é preciso pensar em políticas de prevenção e atendimento à saúde dos profissionais com certa urgência e cuidado.

Embora haja estudos sobre as condições de trabalho docente, bem como sobre os índices de adoecimento, dentre outros, não encontramos muitos estudos vinculados a professores do ensino médio e nem propostas sobre possibilidades de intervenção na área da saúde mental. Diante disso, realizou-se o presente estudo, visando contextualizar a saúde mental dos professores da rede pública que atuam nesse nível de ensino, bem como a atuação do psicólogo nos espaços escolares na promoção da saúde mental dos docentes.

Para atender a esse objetivo, apresenta-se, na sequência, uma breve revisão da literatura como base desta pesquisa. Posteriormente, expõe-se e discute-se os resultados oriundos do levantamento bibliográfico realizado. Tal seção encontra-se dividida em tópicos que circundam o tema central, a saber: adoecimentos mais comuns dos docentes; o fazer do profissional de psicologia nos espaços escolares; e possibilidades de intervenção na área da saúde mental.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Gama *et al.* (2014) argumentam que a saúde mental é complexa por estar vinculada diretamente à questão do normal e do patológico, envolvendo a problematização a respeito da loucura e seus estigmas. Segundo Amarante (2007, p.15), a saúde mental é expansiva de conhecimentos, de modo que “encontramos dificuldades de delimitar suas fronteiras, de saber onde começam ou terminam seus limites”.

Assim, a saúde mental não pode ser restringida ao estudo e tratamento das doenças mentais, pois há diferentes áreas que se integram. Para Amarante (2007) além da psiquiatria, da neurologia e das neurociências, a geografia foi fundamental para as políticas públicas, devido ao conceito de território, que reconhece a inserção da população em espaços distintos, que devem ser conhecidos nas suas particularidades. Essa noção constitui limites geográficos e de cobertura populacional que ficam sob os cuidados das equipes de saúde, sendo fundamental para a prevenção e promoção de saúde mental dos sujeitos.

A revisão de literatura realizada aponta a docência como uma das profissões com mais doenças ocupacionais, considerada profissão de alto risco para a saúde física e mental (BATISTA *et al.*, 2010). Segundo Vale e Aguilera (2016) a ausência de cuidados em relação à saúde dos docentes gera consequências no processo de ensino e aprendizagem. Para os autores é necessário um olhar clínico e preventivista em relação aos diversos fatores que podem levar ao adoecimento e desgaste do professor em sala de aula. Dentre os fatores responsáveis pelo adoecimento docente estão: baixos salários, desvalorização, violência, desrespeito e desinteresse dos alunos, carga de trabalho exaustiva, pressão para o cumprimento de metas de produtividade, perda de garantias trabalhistas, dificuldade na relação com alunos e pais e fragilidades da instituição.

Dejours (1992) propõe criar espaços de discussão em que os trabalhadores possam expressar seus sentimentos relacionados ao contexto profissional, responsável por inúmeros prazeres e sofrimentos. Essa psicodinâmica possibilita uma compreensão contemporânea da subjetividade no trabalho, variando as diferentes formas de manifestação do sofrimento conforme o tipo de organização - quanto mais rígida, menos possibilidades há de o sujeito manifestar-se.

Para Dejours (1992) a organização do trabalho causa fragilização somática, pois pode bloquear os esforços do trabalhador para adequar o modo operatório às necessidades de sua estrutura mental. O trabalho repetitivo pode gerar insatisfações, acarretando descontentamento e afetando a saúde física e mental. Assim, essa organização é uma porta de entrada para a doença é uma encruzilhada para as descompensações mentais ou doenças somáticas.

Diante de um modo de vida acelerado, com grandes transformações tecnológicas, organizacionais e sociais, exige-se maior intensificação no ambiente trabalhista, com pouca interação afetiva humana. Essa intensificação, aliada à exacerbada concorrência e competitividade, ocasiona conflitos sociais e subjetivos. Destarte, definir a saúde exclusivamente como ausência de doença é limitador, visto que envolve fatores além da dimensão fisiológica.

De acordo com Souza *et al.* (2003) houve modificações na educação no sentido temporal: enquanto até a década de 1960 os professores possuíam maior “segurança material”, a partir de 1990 as políticas de ajuste econômico degradaram as condições de trabalho desses profissionais. Nesse período, houve sucateamento da escola pública, baixando a qualidade do ensino, modelos autoritários de avaliação, competitividade dos trabalhadores, redução drástica de recursos, desvalorização da profissão e precarização das relações de trabalho. Nesse mesmo momento, regulamentou-se a Lei Orgânica de

Saúde (BRASIL, 1990), conferindo à direção nacional do SUS (Sistema Único de Saúde) a responsabilidade de coordenar políticas de ações voltadas à saúde do trabalhador.

Atualmente, ampliou-se a dedicação do docente ao trabalho pois, além de ensinar, participa da gestão e planejamento escolar, atendendo às famílias e à comunidade.(GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005).Por um lado, há desvalorização do trabalho do professor, por outro, há cobrança para que a escola cumpra funções de outras instituições sociais, como a família,e cobranças aos professores diante do fracasso escolar. São muitos desafios e responsabilidades enfrentados pelos docentes, por isso tendem a apresentar sofrimento mental (TOSTES *et al.*, 2018).

A escola tem por função socializar osaber sistematizado,especificamente aquele culturalmente organizado em áreas distintas do conhecimento (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010). Já a família tem papel de socialização,“inclusão no mundo cultural mediante o ensino da língua materna, dos símbolos e regras de convivência em grupo, englobando a educação geral e parte da formal, em colaboração com a escola” (POLONIA; DESSEN, 2005, p.304). Entretanto, embora a escola abra as portas para os pais, estes, em geral,parecem apresentar pouco interesse em sua ativa participação. Isso contribui para o adoecimento mental dos professores e reforça o fracasso escolar (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Para Caetano (2004) as tentativas de aproximação e melhoria das relações família-escola devem partir, preferencialmente, da escola, pois “transferir essa função à família somente reforça sentimentos de ansiedade, vergonha e incapacidade aos pais, uma vez que não são eles os especialistas em educação” (p.58).Cabe à escola reconhecer a importância da participação e da colaboração dos pais no projeto escolar dos filhos e auxiliá-los nesse papel.

Enquanto a escola desenvolve o conhecimento científico, cabe à família transmitir valores e criar um ambiente facilitador da aprendizagem,por isso o envolvimento dessas duas instituições é fundamental para o sucesso do ensino (REIS, 2010).É importante salientar que a infância e a adolescência são períodos de muitas transformações e conflitos,bem como de elaboração de algumas perdas (do corpo infantil, dos pais idealizados e da própria identidade infantil).Isso acarreta vulnerabilidades que demandam proteção e atenção, mais acentuadas em adolescentes em processo de exclusão (PESSALACIA; MENEZES; MASSUIA, 2010).

É na adolescência que a identidade é construída, com busca de novas referências fora da família, e a escola é importante nessa construção. Por isso, torna-se fundamental

oportunizar espaços para discussão, reflexão e estímulo das potencialidades, trabalhando temas como compreensão do respeito mútuo, autonomia, igualdade de tratamento e não violência (SOUZA; BARBOSA, 2015). Entendemos estes valores como essenciais para permear as relações afetivas/sexuais dos jovens, e como promotores de saúde mental para a comunidade escolar.

Assim, ressalta-se a importância do professor para a sociedade, contribuindo com formação acadêmica e formação de caráter moral e cívico. Porém, muitos docentes enfrentam condições de trabalho estressantes, o que pode comprometer sua saúde física e emocional, interferindo na qualidade do ensino e afetando a aprendizagem. Frente ao exposto, buscou-se, através deste estudo, contextualizar pesquisas sobre a saúde mental desses profissionais e a possibilidade da atuação do psicólogo nos espaços escolares.

3 MATERIAL E MÉTODO

O levantamento de dados baseou-se em fontes bibliográficas e documentais. A pesquisa bibliográfica permite o aprofundamento teórico que norteia a pesquisa ao colocar o investigador em contato com o material sobre o tema. Segundo Gil (2002, p.44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Quanto à pesquisa documental, esta é uma fonte rica de dados, não implica em altos custos, não exige contato com os sujeitos de pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Para Pádua (1997, p.62), “pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados)”. Neste contexto, nesta pesquisa a metodologia utilizada foi a revisão de literatura e fontes documentais públicas, como legislações vinculadas ao tema, com a proposta de estudar os tipos de adoecimento mais comuns dos profissionais docentes da rede pública de ensino. Com isso, objetivou-se contextualizar a saúde mental desses profissionais e a atuação do psicólogo.

A coleta de dados constou na seleção de bibliografia nos portais eletrônicos SciELO (Scientific Electronic Library Online) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), contemplando os descritores: “saúde mental”; “docente” e “trabalho”. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, em língua portuguesa, disponíveis na íntegra *online*; teses; dissertações; livros e fontes documentais públicas, como legislações vinculadas ao tema. Os achados incluem referências de 1981 a 2018 e encontram-se sistematizados no Quadro 1.

Quadro 1: Síntese da bibliografia coletada

FORMA	AUTORIA	TÍTULO	OBJETIVO
Artigo	Maslach e Jackson (1981)	The measurement of experienced Burnout	Abordar escalas para avaliação da síndrome de Burnout.
Artigo	Andaló (1986)	O Papel do psicólogo escolar	Analisar duas abordagens relacionadas ao papel do psicólogo escolar e propor uma terceira alternativa que o concebe como agente de mudanças.
Livro	Dejours (1992)	A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.	Abordar as relações entre o trabalho e a vida psíquica, bem como as estratégias que os trabalhadores adotam como forma defensiva.
Manual	Dias (2001)	Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde.	Orientar os profissionais de saúde quanto à prevenção, à vigilância e à assistência à saúde dos trabalhadores.
Artigo	Souza <i>et al.</i> (2003)	Trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE – RJ) na luta pela saúde no trabalho	Investigar a atuação do movimento sindical (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação – Sepe/RJ) na luta pela saúde no trabalho.
Artigo	Gasparini, Barreto e Assunção (2005)	O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde	Apresentar o perfil dos afastamentos do trabalho por motivos de saúde de profissionais da educação, a partir de elementos da literatura.
Artigo	Gasparini, Barreto e Assunção (2006)	Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte	Estimar a preponderância de transtornos mentais em professores da rede municipal de ensino de Belo Horizonte-MG e investigar a associação com as características do trabalho docente.
Artigo	Ribeiro e Andrade (2006)	A assimetria na relação entre família e escola pública	Compreender como vem sendo vivenciada a relação entre família e escola por pais de uma escola pública.
Manual	Cassins (2007)	Manual de psicologia escolar-educacional	Apresentar a contribuição da Psicologia Escolar, visando esclarecer possíveis dúvidas sobre a Psicologia Escolar/Educacional, e fornecer subsídios para instrumentalizar as formas de atuação do psicólogo escolar/educacional.
Artigo	Lacaz (2007)	O campo saúde do trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde	Discutir pressupostos teórico-operacionais do campo Saúde do Trabalhador e os formulados pela Saúde Ocupacional.
Artigo	Zimerman (2007)	A importância dos grupos na saúde, cultura e diversidade	Explorar a importância da aplicação da dinâmica de grupo, descrevendo alguns dos principais fenômenos do campo grupal, além de apresentar uma Classificação geral dos grupos nas suas

			diversas e múltiplas aplicações, como na saúde psíquica e na somática.
Capítulo de livro	Facci (2009)	A intervenção do psicólogo na formação de professores: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural	Abordar, a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, questões relacionadas à intervenção do psicólogo na formação de docentes.
Artigo	Abdalla (2010)	Trabalhadores da educação: políticas de prevenção e atendimento à saúde	Discutir os fatores condicionantes e determinantes que afetam a saúde dos trabalhadores educacionais e evidenciar contribuições pertinentes na formulação de políticas, programas e ações para a saúde do trabalhador.
Artigo	Batista <i>et al.</i> (2010)	Prevalência da síndrome de burnout e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa	Avaliar a prevalência da Síndrome de Burnout nos professores de Ensino Fundamental das escolas municipais de João Pessoa-PB, bem como a sua relação com as variáveis sociodemográficas e laborais.
Artigo	Tabeleão, Tomase e Neves (2011)	Qualidade de vida e esgotamento profissional entre docentes da rede pública de ensino médio e fundamental no sul do Brasil	Investigar os níveis de qualidade de vida de professores de escolas estaduais e municipais e relacioná-los com características sociodemográficas e do processo de trabalho, através de um estudo transversal com 601 docentes da rede pública da zona urbana de Pelotas-RS.
Documento	Conselho Federal de Psicologia (2013)	Referências técnicas para Atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica	Apresentar as referências técnicas para a atuação de profissionais psicólogos na Educação Básica.
Sumário executivo	Tribunal de Contas da União (2014)	Auditoria coordenada educação: ensino médio/ Instituto Rui Barbosa	Divulgar os principais resultados da auditoria operacional sobre a gestão do ensino médio no Brasil, realizada por 29 Tribunais de Contas brasileiros, em 2013.
Artigo	Koga <i>et al.</i> (2015)	Fatores associados a piores níveis na escala de burnout em professores da educação básica	Identificar fatores associados a piores níveis na escala de Burnout em professores da educação básica de Londrina, no Paraná.
Artigo	Gouvêa (2016)	As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical	Analisar a problematização da relação entre as condições de trabalho e o adoecimento dos professores feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, bem como identificar que papel assumido frente a essa questão.
Artigo	Vale e Aguilera (2016)	Estresse dos professores de Ensino Fundamental	Investigar a questão do estresse dos professores de nível fundamental em

		em escolas públicas: uma revisão de literatura	escolas públicas em publicações científicas sobre esse tema.
Artigo	Tostes, Albuquerque e Silva (2018)	Sofrimento mental de professores do ensino público	Conhecer a prevalência de sofrimento mental nos professores da rede pública do Paraná e a sua associação com alguns aspectos do trabalho docente naquele estado brasileiro.

Fonte: elaborado pela autora.

A partir desse levantamento bibliográfico, realizou-se a leitura e a discussão dos textos, cujas percepções encontram-se expostas na seção seguinte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Adoecimentos mais comuns dos docentes

Nos estudos de Koga *et al.*, (2015) e de Gasparini, Barreto e Assunção (2005, 2006), relacionados ao adoecimento docente, identificou-se prevalência de transtornos mentais em profissionais predominantemente jovens, em início de carreira. Estes autores constataram que professores jovens apresentaram níveis baixos de despersonalização (distúrbio da saúde mental em que o paciente se sente constantemente desconectado de seu corpo e de seus pensamentos) e de sentimentos de realização profissional e níveis elevados da Síndrome de *Burnout*, entendida como “um tipo de resposta prolongada a estressores emocionais e interpessoais crônicos no trabalho” (DIAS, 2001, p.191).

A Síndrome de *Burnout* afeta principalmente profissionais de serviços ou cuidadores, quando em contato direto com os usuários. Seus sintomas incluem exaustão emocional, despersonalização e sentimento de baixo envolvimento pessoal no trabalho (MASLACH; JACKSON, 1981). Além disso, pessoas afetadas acreditam que seus objetivos profissionais não foram alcançados. Sua prevalência maior é em indivíduos que vivem sob a ameaça de mudanças compulsórias na jornada de trabalho e declínio na situação econômica (DIAS, 2001).

Segundo Batista *et al.*, (2010) a intenção de abandonar a profissão pode estar relacionada a tentativas de o profissional lidar com a exaustão emocional. Estes autores ressaltam que nessa situação, pode haver conflito, devido à escassa probabilidade de encontrar outro trabalho adequado às expectativas, o que comprometeria sua situação financeira e econômica. Barreto e Assunção (2005) afirmam que as transformações sociais, as reformas educacionais e os modelos pedagógicos decorrentes das condições de trabalho dos docentes provocaram muitas mudanças na profissão. Somado a isso, ressaltam os autores, o trabalho docente se tornou, por demanda do sindicalismo,

tema de vários estudos e de investigações, incentivando a formação de grupos e pesquisadores organizados para essa finalidade.

Alguns estudos sobre a relação saúde-trabalho nas escolas apontam vários fatores de agravos à saúde dos profissionais docentes, relacionados às condições e organização do trabalho. Somam-se a fatores já anteriormente reconhecidos neste trabalho infraestrutura precária, a burocratização e a hierarquização das relações, além da carência de recursos materiais e humanos (SOUZA *et al.*, 2003)..

Analisando esses estudos, reconhece-se que várias investigações sobre saúde dos trabalhadores da educação apontam para o crescente adoecimento e afastamento desses profissionais, do trabalho bem como para o aumento da desvalorização e da insatisfação no trabalho e para a degradação de sua qualidade de vida, trazendo sintomas como fadiga, estresse, esgotamento e falta de motivação (Síndrome de *Burnout*). Tal situação compromete a saúde mental docente e pode comprometer a qualidade do ensino, afetar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos e prejudicar o rendimento escolar.

Tostes *et al.* (2018), em estudo com professores do ensino público do Paraná, identificaram sofrimento mental relacionado às condições de trabalho em grande parcela da amostra (29,73%), tendo depressão, ansiedade e estresse como os tipos mais comuns, prevalecendo no sexo feminino. Quanto aos afastamentos por doença, 26,72% foram por sofrimento mental, e 65,53% relataram uso de medicamentos, sendo drogas psicotrópicas em 32,31% dos casos.

Dentre os fatores de influência negativa na saúde mental do professor, o estudo de Tostes *et al.* (2018) apontou o grande número de turmas e a sobrecarga de trabalho. Este fator inclui levar trabalho para casa, relatado por 88,09% dos participantes, destes, 42,44% apresentaram ansiedade moderada ou grave. Os autores concluem que a investigação necessita ser ampliada, focando na causa do adoecimento e evitando o intermédio da medicalização.

Corroborando esse estudo, Tabeleão *et al.* (2011) investigaram 601 docentes da rede pública, de fundamental e médio, em 18 escolas. Quanto aos indicadores de desgaste profissional, registou-se que 63% e 21% dos docentes apresentaram, respectivamente, níveis médios e altos de exaustão, 30% apresentaram altos níveis de despersonalização e 58% e 14% apresentaram níveis médios e baixos de realização pessoal, respectivamente. A combinação desses indicadores resultou em uma prevalência de *Burnout* da ordem de 31%.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2017, apontam que a remuneração dos professores é relativamente baixa no Brasil. Diante desse contexto, o

Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024, possui metas para aperfeiçoar a qualidade da educação enquanto política pública, incluindo a valorização dos professores. Esta valorização é importante devido ao seu forte componente simbólico (DEJOURS, 1992).

Dados do Tribunal de Contas da União (TCU, 2014) apontam a insuficiência da capacitação de coordenadores pedagógicos e de gestores escolares e o despreparo das escolas para atender a alunos com necessidades especiais, além do déficit de pelo menos 32 mil professores de ensino médio nas redes públicas estaduais. Diante disso, nota-se a urgência em problematizar e contextualizar os desafios enfrentados pela comunidade escolar, pensando em uma maior valorização do professor, planejando estratégias e ações efetivas que minimizem os riscos e o adoecimento no trabalho docente, visando à saúde mental.

Referente a aspectos que prejudicam a saúde dos professores, Gouvêa (2016) aponta a política de bonificação, que está sendo muito difundida no país. Ela pode afetar a saúde dos professores, também, na medida em que, pressionados para não perder a gratificação, não faltam ao trabalho até mesmo quando estão doentes. Assim, nota-se a ausência de uma política de valorização dos professores, abrangendo desde a questão salarial até a de infraestrutura nos ambientes de trabalho. É preciso que haja reconhecimento pelo poder público das doenças que afetam essa profissão, proporcionando tratamento aos adoecidos com urgência, dignidade e respeito, sendo necessária atenção do sindicalismo.

Segundo Lacaz (2007), o movimento sindical dos trabalhadores foi marcante pelo incentivo à luta pela melhoria das condições trabalhistas e pela implantação do campo da Saúde do Trabalhador no Brasil. Porém, atualmente, sua fragilidade é impeditiva ao avanço desse campo da saúde, sendo fundamental o seu fortalecimento para melhorias. Assim, são necessárias políticas de prevenção e de atendimento à saúde em benefício dos docentes. Para Abdalla (2010) essas políticas devem voltar-se à conscientização e à instrumentalização dos trabalhadores, incluindo a elaboração de projetos, programas e ações para situar sensivelmente o debate sobre a qualidade de vida e de trabalho.

4.2 O fazer do profissional de psicologia nos espaços escolares: possibilidades de intervenção na área da saúde mental

Frente às dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação atualmente, é necessário ampliar a reflexão e a discussão sobre a saúde mental. Nessa finalidade, é fundamental a compreensão e a integração do psicólogo ao ambiente escolar,

vinculando-se a prática na promoção da saúde para todos, especialmente para os professores que enfrentam condições adoecedoras.

A atuação do psicólogo escolar não deve resumir-se em “apagar incêndios” e “contornar problemas”, mas sim prevenir e promover saúde, com diálogo e interlocução aberta com os professores e dirigentes da escola, que também estão engessados em um sistema adoecido e vicioso. Nesse sentido, a psicologia poderá ser a porta de entrada para a escuta qualificada aos profissionais,mediando situações que englobam a saúde do trabalhador, por meio de um trabalho que envolve técnicas, metodologias, abordagem teórica e, também, criatividade.

Nesse aspecto, Zimerman (2007) enaltece a importância da aplicação da dinâmica de grupo. Um grupo, psicoterápico ou operativo, constitui-se como uma nova entidade, com leis e mecanismos próprios, em que os envolvidos reúnem-se em torno de uma tarefa e de objetivos comuns. O campo grupal simboliza uma “galeria de espelhos”, no qual cada integrante pode refletir e ser refletido nos e pelos outros. Assim, defendem os seguintes campos: 1) grupos de ensino-aprendizagem (visam “formar cabeças”); 2) institucionais (objetivam promover integração); 3) comunitários (pretendem promover saúde mental de comunidades); 4) terapêuticos (visam proporcionar melhoria de situação patológica dos indivíduos) (ZIMERMAN, 2007, p.5). Sobre este último, quando os profissionais já desenvolveram uma patologia (transtorno), cabe, primeiramente, o acolhimento e, posteriormente, um encaminhamento para tratamento psicológico individual.

Cabe ao psicólogo escolar, conforme Cassins (2007), desenvolver atividades direcionadas com alunos, professores e funcionários, e atuar em parceria com a coordenação da escola, familiares e outros profissionais que acompanham os alunos (como conselho tutelar e postos de saúde) contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, humano e social de toda a comunidade escolar. Nesse contexto, o profissional desenvolve, apoia e promove a utilização de instrumental adequado para o melhor aproveitamento acadêmico do aluno,a partir de investigação sobre a instituição e seu funcionamento, para que este se torne um cidadão com contribuições produtivas para a sociedade.

Uma prática eficiente precisa analisar o todo da escola, incluindo o meio social. Observando atentamente o funcionamento da instituição, o psicólogo amplia o seu olhar,favorecendo suas ações para combate ao adoecimento e promoção da saúde mental dos docentes e da comunidade escolar. É fundamental uma intervenção que

considere fatores como sobrecarga psíquica e limitações estruturais, visando o aperfeiçoamento das relações de trabalho do professor (VALE; AGUILLERA, 2016).

Segundo Vale e Aguilera (2016) as consequências da valorização do trabalho do professor refletem na qualidade do ensino e no relacionamento com os alunos, beneficiando toda a comunidade escolar. Essa valorização, quando ocorre, traz ganhos positivos, e, para isso, é preciso pensar em políticas de prevenção e de atendimento à saúde dos profissionais (ABDALLA, 2010). Para além de todas as práticas e ações, implantadas ou não, existe a necessidade de políticas públicas que possam, de fato, alterar o quadro caótico da saúde dos trabalhadores em educação, em especial a saúde mental.

Para muitos, o psicólogo, na relação saúde x doença, é visto como um “especialista que faz mágica”, ou um portador de soluções prontas para as dificuldades enfrentadas (ANDALÓ, 1986). Assim, nota-se quão árdua e desafiadora é a luta desse profissional para estabelecer seu papel na escola, o que pode dificultar a construção de vínculos entre alguns membros dessa instituição.

Na escola o sujeito se constitui e constrói suas relações, aprendendo a se relacionar com o mundo e consigo mesmo, o que ressalta a importância e o desafio das atividades que o psicólogo pode desenvolver nesse ambiente. O psicólogo em contextos educativos tem muito a contribuir com uma prática pedagógica voltada à humanização (CFP, 2013) sendo fundamental que enfatize a dimensão subjetiva das experiências educacionais, visibilizando a presença do sujeito como uma totalidade.

Dentre as diferentes intervenções que o profissional pode realizar encontram-se: atividades de escuta para as demandas da escola e professores, refletindo coletivamente; problematização da realidade da instituição, criando estratégias de intervenção; discussões e vivências, contribuindo com a formação do professor. Quanto aos docentes, o psicólogo poderá atuar tanto com aqueles que desenvolveram o problema quanto com o restante, visando prevenir novos casos.

O psicólogo ainda pode: orientar professores com casos específicos de alunos acompanhados; realizar visitas domiciliares; planejar atividades para os alunos (sobre *bullying*, sexualidade, diversidade e respeito às diferenças, violência, drogas, projeto de vida, etc.). A maneira de conduzir essas intervenções e temáticas depende do contexto e da realidade de cada instituição. Além disso, necessita-se planejamento e construção dessas intervenções em parceria com os professores e com a direção, fortalecendo os laços entre as partes (FACCI, 2009). Podem-se, ainda, planejar atividades em grupos com pais, discutindo temas referentes ao contexto escolar e à relação pais-filhos, ou

pais-escola, visto a dificuldade do envolvimento da família no contexto escolar (RIBEIRO; ANDRADE, 2006).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão de literatura conduzida aponta que é possível compreender os desafios diários no trabalho do professor e dos demais profissionais da educação. O ato de ensinar e a forma como o ensino ocorre precisam ser problematizados, pois é preciso adaptar-se ao novo, às novas demandas escolares e à vulnerabilidade da infância e da adolescência, por exemplo.

É importante propiciar, através de atividades e intervenções em grupos, a ruptura de preconceitos e estereótipos constituídos ao longo das vivências no trabalho educativo. A escola tem como função a socialização do saber sistematizado, portanto, é indispensável para o desenvolvimento da sociedade. Diante disso, o professor serve como modelo e influência na formação intelectual e moral dos alunos.

Os dados e conclusões dos estudos analisados sobre o perfil de adoecimento dos professores de ensino médio relacionam-se. As causas de adoecimento identificadas nos estudos se assemelham, além de predominar a prevalência da Síndrome de *Burnout*. Assim, constatou-se que, quanto maior o desgaste profissional- físico e emocional, pior a qualidade de vida.

Como exemplo, um estudo recente (TOSTES *et al.*, 2018) identificou sofrimento mental relacionado às condições de trabalho em grande parcela da amostra estudada, com porcentagem significativa dos afastamentos por doença ocorrida por sofrimento mental. Esses dados são preocupantes, tanto pela saúde mental do professor quanto pelas repercussões na qualidade do ensino na educação básica.

Foi possível constatar a importância da valorização do professor no contexto escolar e do apoio no engajamento coletivo em ações de promoção da saúde que possam proporcionar qualidade de vida dentro e fora da instituição. Esse indicador vai ao encontro da Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE), cujo objetivo é o aperfeiçoamento da qualidade da educação enquanto política pública.

Com vistas às possibilidades de intervenção na área da saúde mental, bem como à melhoria das condições de trabalho docente, cabe ao psicólogo um papel de promotor da saúde. Diante disso, deve-se propor e estabelecer práticas psicológicas nos espaços escolares, focalizando professores que enfrentam condições de trabalho difíceis e adoecedoras, agindo, se possível, sobre os determinantes ambientais visando a redução de riscos e seus impactos.

Seriam úteis estudos científicos voltados para a situação da saúde mental docente, bem como relatos de experiência sobre o fazer do psicólogo nos espaços escolares, em especial no ensino médio. Ainda assim, acredita-se que os achados teóricos aqui apresentados serão úteis para refletir sobre ações preventivas, manutenção e promoção da saúde mental no trabalho docente.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. F. B. Trabalhadores da educação: políticas de prevenção e atendimento à saúde. **Cadernos de Educação**, Ano XV, n.22. Brasília: CNTE, 1996. 2010. p.75-92. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2015/02/04-trabalhadores-da-educacao.pdf> Acesso em: 12 ago. 2018.

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

ANDALÓ, C. S. A. O Papel do psicólogo escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.4 n.1, p.43-46, 1986. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931984000100009 Acesso em: 13 ago. 2018

BATISTA, J. B. V. *et al.* Prevalência da síndrome de *burnout* e fatores sociodemográficos e laborais em professores de escolas municipais da cidade de João Pessoa. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Pernambuco, p.502-512, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/74MV3CfF8g6vSHjWMQJFqkp/abstract/?lang=en> Acesso em: 08 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria para Assuntos Jurídicos. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm Acesso em: 20 dez. 2022.

CARLOTTO, M. S. **Síndrome de Burnout em Professores**: avaliação, fatores associados e intervenção. Porto, Portugal: LivPsic, 2012.

CAETANO, L. M. **Relação escola e família**: uma proposta de parceria. São Paulo: Dialógica, 2004.

CASSINS, A. M. **Manual de psicologia escolar-educacional**. Curitiba: Gráfica e editora Unificado, 2007. Disponível em: <https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/157.pdf>
Acesso em: 11 ago. 2018.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica**, 1. ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013, p.70. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em: 12 ago. 2018.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez Oboré, 1992.

DIAS, E. C. (Org.) **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho_manual_procedimentos.pdf. Acesso em: 09 ago. 2018.

FACCI, M. G. D. A intervenção do psicólogo na formação de professores: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. In: MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. **Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

GAMA, C. A. P; CAMPOS, R. T. O; FERRER, A. L. Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v.17, n.1, p.69-84, 2014.

GASPARINI, S. M; BARRETO, S. M; ASSUNÇÃO, A. A. **O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.2, p.189-199, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/GdZKH9CHs99Qd3vzY5zfmnw/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2018.

GASPARINI, S. M; BARRETO, S. M; ASSUNÇÃO, A. A. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22, n.12, p.2679-2691, 2006. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-437369>. Acesso em: 10 ago. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOUVÊA, L. A. V. N. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. **Saúde em Debate**/ Rio de Janeiro, v.40, n.111, p.206-219, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/csTLDPyFBWXLBtCnSn6R8qp/?lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2018.

KOGA, G. K. C. *et al.* Fatores associados a piores níveis na escala de burnout em professores da educação básica. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.23, n.3, p.268-275, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/Nnf4Rp6zfprzYLVhdw7Xmch/#>. Acesso em: 12 ago. 2018.

LACAZ, F. A. C. O campo saúde do trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v.23, n.4, p.757-766, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Dbjb9TcStGxFcbdZ3Fh3Mbg/>. Acesso em: 06 ago. 2018.

MASLACH, C; JACKSON, S. E. The measurement of experienced Burnout. **Journal of Occupational Behaviour**, New York, v.2, p.99-113, 1981. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/job.4030020205>. Acesso em: 08 ago. 2018.

OLIVEIRA, C. B. E; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de psicologia**, Campinas, v.27, n.1, p.99-108, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Declaração de Caracas**. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/saude-mental/declaracao_caracas Acesso em: 12 set. 2018.

OIT/Unesco (Organização Internacional do Trabalho / Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). **A recomendação da OIT/Unesco relativa ao estatuto dos professores e a recomendação de 1997 da Unesco relativa ao Estatuto do Pessoal de Nível Superior**. Genebra: OIT/ UNESCO, 2008. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000160495_por Acesso 20/12/2022

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PESSALACIA, J. D. R; MENEZES, E. S; MASSUIA, D. A vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública. **Revista Bio &Thikos**, São Paulo, v.4, n.4, p.423-430, 2010.

POLONIA, A. C; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola: Relações família-escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.9, p.303-312, 2005.

REIS, L. P. C. **A participação da família no contexto escolar.** Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) –Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010. 61f.

RIBEIRO, D. F.; ANDRADE, A. S. **A assimetria na relação entre família e escola pública.** Uni-FACEF, Centro Universitário de Franca. Universidade de São Paulo, FFCLRP: Paidéia, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/K5gbmTLsHXMcCj7PDvH3rRK/?lang=pt&format=pdf#:~:ext=Resumo%3A%20A%20relação%20entre%20família.pais%20de%20uma%20escola%20pública>. Acesso em: 06 ago. 2018.

SOUZA, I. F.; BARBOSA, L. S. A. **Adolescência e cidadania:** construindo e socializando conhecimentos sobre a violência de gênero e os direitos das crianças e adolescentes, com jovens do ensino médio de Criciúma – SC. XII Seminário Internacional de demanda sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea. VIII Mostra de trabalhos jurídicos científicos. Departamento de Direito -Curso de direito. CEPEJUR, 2015.

SOUZA, Kátia Reis de; SANTOS, Maria Blandina Marques dos; PINA, José Augusto; MARIA, Amabel Bianca Vial; CARMO, Maria Auxiliadora T.; JENSEN, Mirdney. Trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE – RJ) na luta pela saúde no trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.8, n.4,p.1057-1068, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/nQmCrRhgkb8sxr4Nm4tpzkJ/?lang=pt> Acesso em: 09 ago. 2018.

TABELEÃO, V. P.; TOMASI, E.; NEVES, S. F. Qualidade de vida e esgotamento profissional entre docentes da rede pública de ensino médio e fundamental no sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.27,n.12,p.2401-2408, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/zzJ8SgGK3d6mNTKgZRN6vwg/?lang=pt#>. Acesso em: 20 ago. 2018.

TCU. Auditoria coordenada educação: ensino médio/ Instituto Rui Barbosa; **Tribunal de Contas da União**. Brasília: TCU, 2014. 32 p. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/auditoria-coordenada-no-ensino-medio.htm> Acesso em: 08 set. 2018.

TOSTES, Maiza Vazs; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de; SILVA, Marcelo José de Souza e; PETERLE, Ricardo Rasmussen. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v.42, n.116, p.87-99, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wjgHn3PzTfsT5mQ4K8JcPbd/?lang=pt> Acesso em: 10 ago. 2018.

VALE, P. C. S.; AGUILLERA, F. Estresse dos professores de ensino fundamental em escolas públicas. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v.5, n.1, p.86-94, 2016. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/712>. Acesso em: 17 ago. 2018.

ZIMERMAN, D. A importância dos grupos na saúde, cultura e diversidade. **Vínculo**, São Paulo, v.4, n.4,p.1-16, dez. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902007000100002. Acesso em: 10 ago. 2018.